



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: INTELECTUAIS, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO
DEMOCRÁTICA

LUCILIA CARVALHO DA SILVA

LAICIDADE E LIBERDADE RELIGIOSA EM QUESTÃO NO
COTIDIANO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

Niterói,
Julho de 2026

Lucilia Carvalho da Silva

**LAICIDADE E LIBERDADE RELIGIOSA EM QUESTÃO NO
COTIDIANO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS**

Relatório final do estágio de pós-doutorado
realizado sob a supervisão do Prof. Dr. José Antônio
Miranda Sepúlveda, pelo período de agosto de 2025
a julho de 2026.

Niterói,
Julho de 2026

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 ANTECEDENTES DA PESQUISA.....	4
3 O ESTADO DA ARTE.....	5
4 O TRABALHO DE CAMPO.....	6
5 BREVES CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA.....	8
6 ATIVIDADES REALIZADAS E AÇÕES FUTURAS.....	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15

1. INTRODUÇÃO

Desde 2020, dedico-me ao desenvolvimento de estudos voltados ao conservadorismo, ao extremismo religioso, à expansão neopentecostal e às suas interfaces com o cotidiano profissional de assistentes sociais. Essa produção científica está vinculada ao Núcleo de estudos, pesquisa e extensão Serviço Social, Questão Racial, Direitos Humanos e Religiosidades (NUSSRADIR/UFF) — coletivo coordenado pela Prof^a Dr^a Lucia Soares e por mim, nas funções de coordenadora e vice, respectivamente —, cuja oficialização foi deliberada em plenária departamental da Escola de Serviço Social de Niterói/UFF.

Como produto do esforço acadêmico no desenvolvimento desses temas de pesquisa, no segundo semestre de 2023, me afastei das atividades de ensino para usufruto da licença capacitação sob a supervisão do Prof. Dr. José Antonio Miranda Sepulveda, com o plano de estudos intitulado “Os Traços Fascistóides do Extremismo Religioso Cristão no Capitalismo Dependente: a persistência dos usos da fé como instrumento de dominação no Brasil”. A proposta do plano foi avançar na investigação sobre os elementos da conjuntura brasileira, cujo padrão de governabilidade está assentado na relação fé e política como pilar da busca por hegemonia, tendo como eixo o processo de neopentecostalização da religiosidade cristã que guarda similitudes e confluências com as dinâmicas de fascistização da sociedade brasileira capitalista dependente, atualizando o discurso moral cristão como elemento de preservação das opressões.

Apesar dos estudos durante o percurso da licença ter sido desenvolvido sem a interação com outros sujeitos de pesquisa, para além do supervisor Prof. Dr. José Antônio Miranda Sepulveda e seu grupo do Observatório da Laicidade em Educação (OLE), a organização de livro e a publicação de artigos acadêmicos nos últimos quatro anos geraram a referência pública do NUSSRADIR no seio profissional e acadêmico do Serviço Social, resultando em diversos convites para palestrar sobre temáticas relacionadas às linhas de pesquisa do núcleo. Dois convites, chamaram a atenção: o das equipes de assistentes sociais e residentes em Serviço Social do HEMORIO e do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/UFRJ. Nos dois momentos, as equipes de assistentes sociais dos hospitais nos solicitaram apoio para maior compreensão do comportamento organizado de representantes da religião “Testemunhas de Jeová” nos casos que envolvem usuários desses serviços que comungam da comunidade religiosa.

O elemento em comum nos relatos das assistentes sociais, efetivas e residentes, dos dois hospitais é que nos últimos anos, a recusa às terapias que envolvem a transfusão de

sangue, que partiam de forma reativa ao anúncio do prognóstico terapêutico das equipes médicas, passaram a ser registradas já no momento da internação por diretivas antecipadas. Ademais, o relacionamento dos usuários, fiéis da religião Testemunhas de Jeová, com as equipes de saúde que costumava ser restrito à participação da família, no máximo ao líder religioso, agora passa a ser mediada por representantes da religião que de forma mais organizada oferece orientação jurídica, aborda profissionais de saúde com materiais de pesquisas sobre terapias alternativas à transfusão e participa dos fóruns de capacitação públicos realizados pelos hospitais e outras instituições de saúde.

O contexto apresentado pelas equipes de Serviço Social, em particular do HEMORIO, suscitou questões que culminaram na realização da pesquisa, sob a supervisão do Prof. Dr. José Antonio Sepúlveda. Apesar do supervisor ter uma vasta experiência de pesquisas na área da Educação, seus acúmulos sobre laicidade, estado laico e liberdade religiosa, a partir da coordenação do Grupo de Pesquisa sobre Conservadorismo na Educação Brasileira e do Observatório da Laicidade na Educação, foram fundamentais nos aportes teóricos e metodológicos da condução da pesquisa.

Nas próximas linhas, apresentarei o relatório síntese das atividades realizadas, localizando o percurso desenvolvido no estágio de pós-doutorado no que se refere a produção da pesquisa e as breves considerações sobre seus resultados qualitativos.

2. ANTECEDENTES DA PESQUISA

Antes da realização do projeto de pesquisa, os estudos por mim empreendidos sobre a religião, as religiosidades, o extremismo religioso¹ e suas conexões com o debate da laicidade à brasileira, compreendida a partir do fato que a separação entre Igreja e Estado, no Brasil, não resultou na mútua exclusão entre fé e política (MARIANO, 2011), apontaram um caminho analítico fundamentado no caráter persistente de fascistização da presença religiosa cristã na formação social brasileira. A partir dos estudos de Florestan Fernandes sobre os traços fascistóides da burguesia associada no Brasil, somados às análises dos autores e autoras que se ocuparam em problematizar a onda conservadora religiosa das últimas décadas

¹ Sobre o conceito de extremismo religioso dialogamos com Vital (2017) para diferenciá-lo do conceito de fundamentalismo religioso. O segundo, datado historicamente no puritanismo anglosaxão do século XIX, apresenta uma verve dogmática sobre a recuperação, por parte dos cristãos, da literalidade dos ensinamentos bíblicos em contraposição ao liberalismo cristão do período iluminista. O extremismo religioso se distingue pela radicalização da intolerância, em face ao comportamento violento como prática política. A partir da relação que estabeleço com a análise de Florestan Fernandes (2015) sobre os traços fascistóides da formação social brasileira, defendo que o extremismo religioso é um braço do neofascismo contemporâneo (CARVALHO DA SILVA, 2022).

no seio do neofascismo brasileiro, tais como Reginaldo Costa, Demian Melo, Tatiana Poggi, José Sepulveda e Fábio Py, me permitiram afirmar que o extremismo religioso cristão operado não só nas instituições eclesásticas, mas sobretudo, nas mídias clássicas das telecomunicações e nas mais diversas mídias digitais, produzem as estratégias neofascistas da propaganda de massa (CARVALHO DA SILVA, 2022). Para além, tais estratégias compõem o caráter formador e educativo dos aparelhos privados de hegemonia, nos termos de Gramsci.

Por outro aspecto, há um elemento de viés paradigmático na ação política do comportamento cristão, seja ele de caráter extremista ou não, que diz respeito a uma articulação organizada em termos das pautas conservadoras ou dogmáticas que se apresentam no bojo das bancadas parlamentares religiosas, mas que atravessam a ocupação de equipamentos de política pública - o caso dos Conselhos Tutelares é ilustrativo - e das instituições do campo sociojurídico. Nos meus estudos, percebi a influência das teologias da prosperidade e, ainda mais, da teologia do domínio na participação pública de segmentos cristãos nas esferas dos poderes da república e na produção cultural de assento religioso (CARVALHO DA SILVA; SOARES, 2023).

Os estudos que faço referência são resultados da pesquisa realizada em parceria com a professora da Escola de Serviço Social da UFF, Lucia Soares, intitulada Conservadorismo, Expansão Neopentecostal e Serviço Social que culminaram na organização de um e-book e três artigos, um de minha autoria exclusiva e dois em cooperação com a professora. Esses antecedentes que definiram o marco conceitual do projeto de pesquisa, agora finalizado, me ajudaram a compreender a atuação política organizada de grupos religiosos nas disputas pelo exercício da liberdade religiosa no estado laico brasileiro, mesmo em situações que ameacem interesses e direitos de outras parcelas da população.

3. O ESTADO DA ARTE

No que se refere ao objeto da pesquisa em tela intitulada Laicidade e Liberdade Religiosa no Cotidiano Profissional de Assistentes Sociais, o fenômeno da recusa à transfusão de sangue por manifestação religiosa, que impacta as dinâmicas do atendimento dos profissionais de saúde, dentre eles assistentes sociais, abarca dimensões que exigiram a verificação do que de fato correspondia ao movimento mais geral do conservadorismo religioso no Brasil contemporâneo, ou se tal fenômeno guardava particularidades que o distanciava das análises desenvolvidas por mim em diálogo com outros autores e autoras. Para tanto, foi necessária a revisão bibliográfica a partir dos descritores de busca

“testemunhas de jeová e laicidade”, “testemunhas de jeová e liberdade religiosa” na plataformas Scielo, periódicos da CAPES e Google Acadêmico.

Mediante a investigação para organização do estado da arte, classifiquei as pesquisas em três grandes áreas: 1) Estudos clínicos ligados ao manejo das terapias frente à recusa por transfusão de sangue; 2) Estudos no campo da bioética e as requisições aos profissionais de saúde; 3) Estudos jurídicos sobre colisão de direitos (direito à vida *versus* direito à liberdade como pressuposto da dignidade humana). Considerando o escopo da pesquisa e sua área de concentração, para a revisão bibliográfica utilizei como referência de leitura os estudos do campo da bioética e do campo jurídico, especialmente, porque tais pesquisas atravessam o cotidiano profissional de assistentes sociais, enquanto trabalhadoras da saúde o que demanda uma análise ética do seu fazer. Sob outra perspectiva, considerando a competência primeira do trabalho de assistentes sociais que consiste na promoção do acesso da população atendida aos direitos sociais, o debate no campo do direito instrumentaliza os profissionais sobre as alternativas presentes nos marcos jurídicos-normativos para enfrentamento do fenômeno.

Observou-se que nenhuma das publicações encontradas foram realizadas por assistentes sociais ou no âmbito de programas de pós-graduação ou residência em Serviço Social, o que revela o ineditismo do tema e o caráter exploratório da pesquisa na área.

4. O TRABALHO DE CAMPO

O corpus da pesquisa seguiu na seara do que Minayo (2007) chama de pesquisa social em saúde, compreendida como a representação sobre o processo saúde/doença, pela perspectiva dos atores em presença no campo: as instituições de saúde, os profissionais e os usuários dos serviços. Portanto, o procedimento metodológico eleito para alcance dos objetivos foi o estudo de casos mediante a análise documental realizada pela leitura de prontuários e fichas sociais (documento de registro profissional das assistentes sociais); e a realização de grupos focais com as assistentes sociais da equipe do HEMORIO para discussão dos casos selecionados.

Para análise dos casos utilizamos como fontes de pesquisa a análise documental e a história oral, fundamentadas pelo método hermenêutico-dialético interpretado por Minayo (2007), que tem como perspectiva inicial situar o texto e a fala em seus contextos, e como resultado, a delimitação da particularidade histórica e totalizante que produz o conteúdo, seja oral ou escrito (GOMES, 1994). Neste sentido, as fontes de registro, escrito e oral, são compreendidas a partir de suas representações no tempo histórico em que são produzidas, considerando que a fala ou o texto, contém sentidos que são o resultado de múltiplas

determinações carregadas de contradição. A partir do método, fiz o esforço de recuperar as tensões vividas pelas assistentes sociais, enquanto profissionais comprometidas com o acesso à saúde, diante da recusa dos usuários por tratamento por motivo religioso. O nexos complexo entre autonomia profissional e autonomia dos usuários foi problematizado a partir da análise do contexto histórico-social que produz tanto os discursos e práticas profissionais, quanto os discursos e práticas religiosas expressas pela manifestação de vontade dos usuários.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HEMORIO, via submissão pela plataforma Brasil. Após o parecer positivo do CEP, o projeto foi apresentado a equipe de assistentes sociais, formada por servidoras estatutárias, funcionárias contratadas pela Fundação Saúde² e residentes em Serviço Social, seguido das assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido realizadas pelas assistentes sociais que aderiram a proposta da pesquisa.

Os casos selecionados obedeceram ao marco temporal da pesquisa, o quinquênio de 2019 a 2024, e foram selecionados por indicação das assistentes sociais que participaram dos atendimentos aos usuários testemunhas de jeová que se recusaram a realizar transfusões de sangue. Após a seleção dos casos, iniciei a leitura dos prontuários onde constam as evoluções dos atendimentos e os registros técnicos das assistentes sociais realizados em plataforma da unidade de saúde.

Os casos selecionados obedeceram ao método de amostragem intencional, não probabilística, tendo como indicador de seleção a participação ativa do Serviço Social desde o contato com a manifestação da vontade do usuário até o desfecho do tratamento, sendo este o principal critério de inclusão do caso no corpus da pesquisa. Os casos de recusa de usuários a terapia/procedimento por manifestação religiosa que não tiveram a intervenção dos/das assistentes sociais durante todo o percurso do atendimento em saúde foram excluídos da dinâmica dos grupos focais, mas foram aproveitados no processo de análise documental. Para os dois momentos da pesquisa, a análise documental e os grupos focais, a pesquisa compreendeu que a participação dos/das profissionais envolvia o encaminhamento da situação ao Serviço Social, a ação das/dos profissionais na abordagem aos usuários e/ou famílias e religiosos e o desfecho da situação com o registro da contribuição profissional no processo (independente do resultado de adesão a terapia/procedimento).

A partir da referência dos critérios de inclusão/exclusão dos casos, quatro casos foram selecionados para análise documental. Destes, somente dois foram alvo de discussão nos

² Entidade pública, de personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, responsável pela gestão da política de saúde no Estado do Rio de Janeiro.

grupos focais, pois o roteiro de perguntas previa uma recuperação da intervenção profissional de assistentes sociais desde a manifestação da recusa até o desfecho do atendimento no hospital, o que não ocorreu nos casos excluídos.

Ao fim do processo, avalio que a pesquisa logrou êxito em seu objetivo de investigar as tensões presentes no cotidiano profissional de assistentes sociais diante da recusa à terapias por motivação religiosa dos usuários atendidos pelo HEMORIO, nos limiares entre o respeito à autonomia e o enfrentamento das formas coercitivas de produção da vontade. Também foi possível identificar, especificamente, as estratégias e táticas profissionais adotadas no trato com usuários, famílias e líderes religiosos envolvidos nos processos de recusa à transfusão de sangue por manifestação religiosa.

5. BREVES CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA

A partir da pesquisa considere-se que, nas últimas décadas, dois movimentos importantes interferem diretamente no trato do fenômeno da recusa à transfusão de sangue por manifestação religiosa.

O primeiro, é o esgarçamento do saber médico como detentor de maior poder e prestígio na condução do atendimento em saúde. Por sua vez, esse esgarçamento apresenta dois elementos de destaque: a ampliação do conceito de saúde e as mudanças tecnológicas a partir do advento da forma comunicacional da internet e do avanço da inteligência artificial.

No que se refere às mudanças na área de saúde, o próprio conceito, enquanto processo saúde/doença, foi ampliado para um conjunto de indicadores que operam para o bem viver. Saúde é mais do que ausência de doença, mas um lastro maior de condições de vida que permitam a longevidade com qualidade, o que inclui o reconhecimento dos determinantes sociais como indicadores primordiais (BRAVO, 2006).

Ainda que no Brasil o ato médico seja uma realidade, dado as protoformas da medicina na formação social brasileira, os saberes de outras áreas técnicas no campo da saúde ganham importância, a partir da noção ampliada de saúde. Tal movimento opera posições críticas frente ao paternalismo médico e suas imposições sobre os corpos dos usuários de saúde. Isso implica o debate no campo bioético que estará centrado, essencialmente, nos argumentos jurídicos sobre a primazia da dignidade humana sobre o direito à vida. Para além dos meios científicos sobre como tratar e em que momento interferir via procedimentos invasivos, vale mais a decisão dos usuários sobre como viver e como morrer.

Sob a premissa anterior, a seara dos cuidados paliativos, a exemplo, comparecem como alternativa terapêutica não só quando a relação custo-benefício dos protocolos de

tratamento não são favoráveis, mas também quando não são mais opções aceitáveis para os sujeitos que vivem com doenças crônicas e/ou terminais. Independente dos motivos que os usuários escolhem não se submeter a terapias, a garantia da autonomia da escolha é um princípio ético, quando se reconhece a capacidade de decidir. No contexto dos cuidados paliativos ou das terapias alternativas, outros saberes se somam ao ato da assistência em saúde, para além da medicina, estendendo as possibilidades terapêuticas que valorizam a vontade dos indivíduos como perspectiva de outros aspectos de saúde para além de um corpo saudável.

Outro elemento no esgarçamento do saber médico é provocado pelas ferramentas comunicacionais da internet e da inteligência artificial. Em tempos pós-modernos marcados pelo irracionalismo, a capilaridade, alcance e superficialidade da linguagem acelerada e multi informacional da comunicação pela rede digital apresenta desafios ao saber científico e a própria noção de verdade. A democratização de acesso às informações, que per si é positiva, em tempos de fluidez e mercantilização do saber impacta várias áreas de conhecimento, dentre elas os saberes do campo da saúde. Hoje, as consultas médicas são precedidas por pesquisas no grande oráculo que se tornou as ferramentas de busca e de inteligência artificial. Para além, por diversos contextos, dentre eles de precariedade de acesso aos serviços de saúde, a assistência terapêutica vem sendo substituída por robôs de inteligência artificial, por via individual ou mediada por empresas que se beneficiam de plataformas de saúde.

O segundo movimento que altera o modo como a recusa à transfusão de sangue por manifestação religiosa se apresenta é o processo de individuação em tempos pós-modernos. Os interesses particularistas tendem a se apresentar de forma segmentada, paradoxalmente, por articulações políticas de grupos sectários, dentre eles, de fundamento religioso. Diante da politização da fé, a temática da liberdade individual se distancia da noção secular de laicidade, portanto, a própria noção de liberdade religiosa, no Brasil, ganha maior importância que o tema da liberdade de crença enquanto possibilidade de não ter fé religiosa alguma, ademais, que as crenças religiosas não interfiram nas decisões do Estado na implementação das políticas de senso público.

Considero que o fenômeno da recusa à transfusão de sangue por imperativo religioso, no tempo presente, é determinado pelas condições históricas e materiais das lutas pela ampliação do conceito de saúde no Brasil, pelas transformações informacionais e pelo movimento de representação política de segmentos, antes sectários, nas disputas pelo Estado que conforma uma militância religiosa ativa. As três dinâmicas são distintas e atuam em paralelo no tecido social, mas em confluência, rebatem sobre as pressões cotidianas que os

profissionais de saúde passam a lidar na contemporaneidade. Diante deste cenário, o fenômeno de recusa à transfusão de sangue por manifestação religiosa encontra um terreno de defesa mais favorável.

No caso específico da presença do Serviço Social na política setorial de saúde, a pesquisa me trouxe considerações sobre como se portam as assistentes sociais frente às essas pressões do cotidiano que se refere ao fenômeno em debate. Primeiramente, cabe enfatizar que o principal objetivo do trabalho profissional de assistentes sociais é promover o acesso da população atendida às políticas públicas inerentes a um aparato jurídico-normativo relacionado ao conjunto dos direitos sociais. Para tanto, a categoria desenvolve no seu exercício profissional, em diversos espaços sócio-ocupacionais, estratégias e táticas que visem o alcance desse objetivo no interior do trabalho coletivo das instituições.

Diante da situação de sujeitos que recusam terapias por manifestação religiosa, compete as profissionais de Serviço Social a verificação do que se preconiza legalmente para que o acesso à saúde e o respeito a autonomia dos usuários sejam garantidos. No entanto, o movimento do real, materializado na vivência do cotidiano profissional, apresenta desafios éticos que precisam ser considerados dado o princípio fundante do projeto ético-profissional de assistentes sociais que é a liberdade como valor ético central (BRASIL, 2011). Portanto, importa a contextualização de quem recusa por manifestação religiosa e sob que condições essa recusa se manifesta.

No caso da pesquisa, o tratamento dos dados das fontes orais e escritas do trabalho de assistentes sociais no HEMORIO produziu considerações sobre os motivos pelos quais assistentes sociais são reconhecidas como técnicas relevantes no trato do fenômeno de recusa à transfusão de sangue por manifestação religiosa por parte dos demais profissionais de saúde e pelos representantes das Testemunhas de Jeová, motivos estes que guardam relação com as habilidades e competências dessa categoria profissional.

O primeiro deles é a prerrogativa do que Yazbek (2016) denomina de escrutínio do cotidiano da população atendida. Nos registros em prontuários e fichas sociais, as assistentes sociais registram a rede sócio-familiar, o universo cultural e educacional, as informações sobre renda e trabalho, o acesso a bens e serviços públicos, dentre outros indicadores que compõem a caracterização do perfil das e dos usuários.

O segundo, relaciona-se ao reconhecimento que assistentes sociais possuem o domínio dos direitos sociais, das obrigações público-estatais e das legislações que os regulamentam. Nas reuniões com as famílias, nos pedidos de pareceres realizados pela equipe médica ao Serviço Social e nas reuniões da Comissão de óbito, o relato das assistentes sociais

revela que a expectativa da equipe multiprofissional é receber das assistentes sociais as orientações necessárias para agir legitimamente.

Uma terceira competência é a expertise no relacionamento com instituições externas da rede de serviços, do judiciário e das políticas de proteção social. No caso que compôs o corpus da pesquisa, relacionado a uma criança cuja mãe, testemunha de Jeová, se recusa a autorizar a transfusão, o Serviço Social foi acionado pela equipe multiprofissional para o diálogo com a família e o posterior encaminhamento da situação a Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro em busca de autorização para o procedimento.

Um outro aspecto é o conhecimento do funcionamento interno da unidade de saúde e dos protocolos importantes às usuárias e usuários. A quem buscar informações, como apresentar as demandas e queixas, a rotina do hospital no que se relaciona a política de acesso aos acompanhantes, horários de visitas, dentre outras informações relevantes são mobilizadas por assistentes sociais.

Por fim, o reconhecimento do princípio ético profissional no que se refere aos interesses dos usuários é a defesa da autonomia dos sujeitos. Aqui consta o ponto nevrálgico no trabalho de assistentes sociais no que se refere a recusa a procedimentos por manifestação religiosa, visto que a autonomia revela certas condições para ser exercida em sua plenitude. Em um dos casos discutidos nos grupos focais, alguns indicadores da fragilidade da recusa surgiram nos atendimentos, visto que a usuária estava sempre acompanhada por algum representante da religião, ao invés de alguém da família ou amigo/a. Ademais, a condição de pessoa com esquizofrenia, cuja curatela do marido foi omitida durante a internação, que apresenta uma diretriz antecipada de vontade mediada pela Comissão de Ligação com Hospitais das Testemunhas de Jeová, portanto sem valor legal, trouxe para a equipe de assistentes sociais um incômodo diante da necessidade de observar as condições em que a recusa se manifesta.

Na análise dos discursos das assistentes sociais, duas posições frente ao fenômeno se colocaram como argumentos em defesa de uma prática profissional não violenta, portanto, respeitosa. Um grupo de falas identifica que a ampliação do espaço de fala e escuta dos usuários testemunhas de Jeová é necessário, visto que a ação de representantes da religião durante todo o processo de tratamento, seja no ambulatório, seja nas internações, podem produzir formas coercitivas de produção da vontade. Em outros discursos, a defesa é que assistentes sociais devem evitar situações que provoquem questionamentos sobre a recusa,

compreendendo que uma abordagem que reiteradamente volta a perguntar se a decisão da recusa se mantém, também é um mecanismo de coerção e de constrangimento aos usuários.

Como reflexão a ser desenvolvida nas futuras publicações dos resultados da pesquisa, as análises me conduzem a uma perspectiva que separa, para fins operativos, o que seria o papel de assistentes sociais no trato direto com usuários de saúde que professam uma fé religiosa e que impõem limites a atenção em saúde, e por outra via, o que é a responsabilidade da categoria nas lutas mais gerais em defesa do estado laico. Neste sentido, as contribuições do supervisor e de todo o grupo de pesquisadores do GEPCEB/OLÉ foram importantes para a compreensão que a laicidade é um dispositivo de segurança do estado democrático de direito (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016; 2020), mas no campo empírico, esta não se realiza como elemento universal e acabado (SEPULVEDA; BRITO, 2022). Portanto, trata-se de um processo cujos determinantes se encontram no desvelar das mediações presentes no cotidiano³.

Considerando a dupla dimensão do trabalho profissional de assistentes sociais, o que se realiza no cotidiano e a ação pública das entidades de representação da categoria, percebo que as opções no atendimento direto da população é a escuta qualificada, a ação pedagógica nas informações em saúde e a defesa dos direitos dos usuários, no âmbito da liberdade de religiosa e de crença. No trato mais geral das lutas da categoria, as pesquisas sobre o cotidiano profissional de assistentes sociais no campo da saúde em seus atravessamentos com questões religiosas, servem de subsídios para a defesa ética, política e técnico-instrumental do exercício profissional face à liberdade religiosa e de crença, mas também, para as denúncias críticas sobre as formas em que o conservadorismo e o extremismo religioso interferem nas decisões do estado brasileiro, inclusive, em práticas discriminatórias e na manutenção de formas de opressão. Tais denúncias, medidas pela observação do movimento da realidade social, filiam-se ao campo do secularismo como ideal democrático, que concordando com Mariano (2011) não se distingue do laicismo em termos teóricos e práticos.

6. ATIVIDADES REALIZADAS E AÇÕES FUTURAS

³ Para análise do cotidiano, tomo como referência o conceito de imediatividade cotidiana em Coelho (2010). Ao tomar o cotidiano em sua aparência fenomênica, imediata, oculta-se as mediações que estão para além da experiência sensível. Portanto, a partir do recurso metodológico do materialismo histórico dialético, a autora advoga a necessidade de observar as mediações do fenômeno em suas dimensões singulares, particulares e universais como via de supressão da imediatividade cotidiana, marcada pela espontaneidade própria da mobilização de variáveis empíricas presentes nas requisições institucionais à prática profissional de assistentes sociais.

As atividades realizadas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação foram:

- 1) A participação nas reuniões quinzenais do grupo de estudos e pesquisa do supervisor (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo na Educação Brasileira) para discussão de textos selecionados, realizadas no segundo semestre de 2025 e no primeiro semestre de 2026. Na reunião do dia 03 de outubro de 2025, apresentei as sínteses do artigo de minha autoria intitulado “Fundamentalismo religioso e traços fascistóides no capitalismo dependente: uma análise da conjuntura brasileira”, publicado no livro “Neoconservadorismo, ataque aos direitos humanos e religiosidades: posicionamentos urgentes ao Serviço Social”, por mim organizado em parceria com as professoras Katia Lima e Lucia Soares.
- 2) A participação e apoio ao supervisor nas discussões dos projetos de pesquisa dos orientandos do curso de mestrado e de doutorado nas reuniões quinzenais de orientação, realizadas no segundo semestre de 2025 e no primeiro semestre de 2026.
- 3) A participação na reunião ampliada do Observatório da Laicidade na Educação, realizada em 26 de setembro de 2025.
- 4) A contribuição com a ministração de uma aula no doutorado sobre a política de educação de jovens e adultos no âmbito da disciplina Teoria e Educação, realizada em 08 de dezembro de 2025.

Figura 1 - Aula na disciplina Teoria e Educação



- 5) A representação do grupo de pesquisa GEPCEB/OLE na 18ª Caminhada em defesa da liberdade religiosa no Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 2025.



Figura 2 - Pesquisadores do GEPCEB/OLE na 18ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa



Figura 4 - Pesquisadores do GEPCEB/OLE e o deputado Pastor Henrique Vieira na 18ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa



Figura 3 - Pesquisadores do GEPCEB/OLE e do Movimento Brasil Laico na 18ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa



Figura 5 - Pesquisadores do GEPCEB/OLE na 18ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa

Como contrapartida da pesquisa no HEMORIO, organizei em colaboração com a coordenação de Serviço Social e do Centro de Estudos do Hospital, dois eventos de extensão em maio de 2026. O primeiro, um mini curso de extensão em formato presencial, direcionado a equipe multiprofissional do hospital e ministrado pelo supervisor, Prof. Dr. José Sepúlveda, com o tema “As tensões entre laicidade e liberdade religiosa: desafios para o campo da saúde”.



Figura 6 - Encarte de convite do minicurso de extensão



Figura 7 - Prof. José Sepúlveda e ouvintes do minicurso de extensão



Figura 8 - Prof. José Sepúlveda

O segundo evento, foi uma palestra por mim ministrada, no âmbito da semana em comemoração ao mês das assistentes sociais, direcionada para a equipe de assistentes sociais do HEMORIO e aberto ao público externo de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, em formato híbrido (presencial e transmitido no canal do youtube do HEMORIO), com o tema “Laicidade e liberdade religiosa em questão no cotidiano profissional de assistentes sociais”.

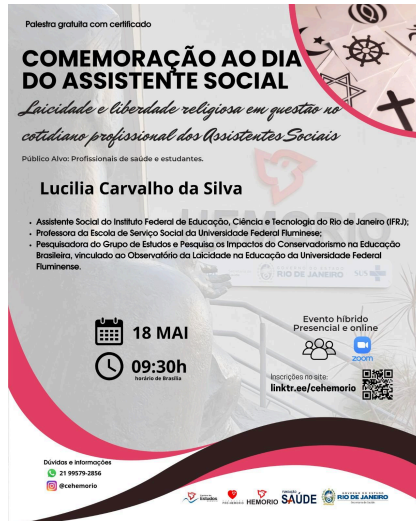


Figura 9 - Encarte do convite da palestra em comemoração ao dia do assistente social



Figura 10 - Profª Lucilia Carvalho da Silva

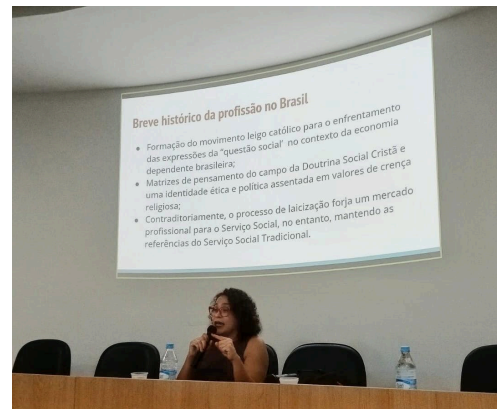


Figura 11 - Profª Lucilia Carvalho da Silva

Os próximos passos da pesquisa serão a publicação de dois artigos em periódicos da área das ciências sociais e humanas, um em parceria com o supervisor para socializar os conteúdos nos eventos de extensão realizados no HEMÓRIO, e um segundo, com a publicação dos resultados da pesquisa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social. Lei 8662/ 93 de regulamentação da profissão**, 10a Ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011.

BRAVO, Maria Inês Souza. *Política de Saúde no Brasil*. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO DA SILVA, Lucilia. Fundamentalismo religioso e traços fascistóides no capitalismo dependente: uma análise da conjuntura brasileira. In: LIMA, K., SOARES, L.,

CARVALHO DA SILVA, L. **Neoconservadorismo, ataque aos direitos humanos e religiosidades: posicionamentos urgentes ao Serviço Social**. Uberlândia: Navegando, 2022. E-book. Disponível em: <https://www.editoranavegando.co/neoconservadorismo>. Acesso em 10 set. 2024.

CARVALHO DA SILVA, Lucilia; SOARES, Lucia. Formação profissional em Serviço Social e extremismo religioso: tendências para o retorno de uma ética conservadora. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/view/7255>. Acesso em: 27 jul. 2026.

COELHO, Marilene A. Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010 . p. 23-43.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. (ORG.) et al. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 238–258, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/9647>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento na pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro-São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 2007.

SEPULVEDA, J. A.; BRITO, R. A. Entendendo o Ensino Religioso em uma Escola Pública Estadual na Cidade de Niterói –RJ. In: MENDONÇA, A; SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J.A. (org.). **Laicidade na Educação: políticas, conceitos e práticas**. 1. ed. Londres: Novas Edições Acadêmicas, 2022. Disponível em: https://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2023/02/e_book_ole.pdf . Acesso em: 10 jul. 2026.

SEPULVEDA, J. A.; SEPULVEDA, D. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Revista Teias**, v. 17, n. 47, p. 141-154, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24767>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SEPULVEDA, J. A.; SEPULVEDA, D. Laicidade do Estado e da educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 91-105, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em 27 jul. 2026.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez Editora, 2016.